



Compreensões sobre pedofilização, adultização e erotização nas infâncias contemporâneas: uma entrevista com Jane Felipe

Understandings of Pedophilization, Adultification, and Eroticization in Contemporary Childhoods: An Interview with Jane Felipe

Comprender la pedofilia, la adultificación y la erotización en la infancia contemporánea: Entrevista con Jane Felipe

Jéssica Tairâne de Moraes¹

Prefeitura Municipal de São Leopoldo, Brasil.

Resumo

Esta entrevista com Jane Felipe percorre quase três décadas de produção acadêmica situada na interface entre educação infantil, gênero e sexualidade, com foco nos conceitos de pedofilização, erotização e adultização das infâncias contemporâneas. A entrevistada reconstrói a genealogia do conceito de pedofilização, desde sua elaboração inicial nos anos 1990, no âmbito do GEERGE/UFRGS, até seu progressivo adensamento como categoria analítica que articula exposição erótica dos corpos infantis, naturalização do assédio e formas de violência de gênero. São discutidas as condições culturais, midiáticas e digitais que sustentam esses processos, bem como a necessidade de precisão conceitual para distingui-los sem recorrer a leituras moralizantes ou simplificadoras. A entrevista aponta, ainda, para os desafios da formação docente e o papel da escola como instância de uma rede protetiva mais ampla, capaz de informar e proteger as crianças.

Palavras-chave: pedofilização; erotização dos corpos infantis; adultização; gênero e infâncias; educação infantil.

Abstract

This interview with Jane Felipe traces nearly three decades of academic work at the intersection of early childhood education, gender, and sexuality, focusing on the concepts of pedophilization, erotization, and adultization in contemporary childhoods. The interviewee reconstructs the genealogy of the concept of pedophilization, from its initial formulation in the 1990s within the GEERGE/UFRGS research group to its gradual theoretical consolidation as an analytical category that connects the erotic exposure of children's bodies, the naturalization of harassment, and forms of gender-based violence. The cultural, media, and digital conditions sustaining these processes are examined, alongside the need for conceptual precision in distinguishing them without resorting to

¹ Doutorado em Educação. Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8317-2072>. E-mail: jetairane@gmail.com.



moralizing or oversimplified readings. The interview also addresses the challenges of teacher education and the role of the school as part of a broader protective network capable of informing and safeguarding children.

Keywords: *pedophilization; erotization of children's bodies; adultization; gender and childhoods; early childhood education.*

Resumen

Esta entrevista con Jane Felipe abarca casi tres décadas de trabajo académico en la intersección de la educación infantil, el género y la sexualidad, centrándose en los conceptos de pedofilia, erotización y adultificación en la infancia contemporánea. La entrevistada reconstruye la genealogía del concepto de pedofilia, desde su elaboración inicial en la década de 1990 dentro del programa GEERGE/UFRGS hasta su desarrollo progresivo como categoría analítica que articula la exposición erótica de los cuerpos infantiles, la naturalización del acoso y las formas de violencia de género. Se analizan las condiciones culturales, mediáticas y digitales que sustentan estos procesos, así como la necesidad de precisión conceptual para distinguirlos sin recurrir a interpretaciones moralizantes o simplistas. La entrevista también señala los desafíos de la formación docente y el papel de la escuela como instancia dentro de una red protectora más amplia capaz de informar y proteger a la infancia.

Palabras clave: *pedofilia; erotización de los cuerpos infantiles; adultificación; género e infancia; educación infantil temprana.*

ENTREVISTA COM JANE FELIPE

Entrevistadora: Cara professora Jane, ao longo de sua produção, a senhora constrói o conceito de pedofilização como uma ferramenta importante para compreender certas dinâmicas contemporâneas em torno da infância. Poderia aprofundar os elementos que sustentam esse conceito e como ele permite interpretar a tensão entre proteção da infância e sua simultânea exposição e erotização?

Jane Felipe: Meu interesse em pesquisar sobre a erotização dos corpos infantis teve início na década de 90, a partir da observação do que acontecia na cultura brasileira àquela época, tendo como suporte teórico os Estudos de Gênero e os Estudos Culturais. Neste sentido, cabe referir a importância do GEERGE - Grupo de Estudos de Educação, Sexualidade e Relações de Gênero – criado em 1990 pela Profª Drª Guacira Lopes Louro, como um espaço fundamental de aprofundamento teórico-analítico para pensarmos os temas das identidades de gênero e das

identidades sexuais, articulando-os a tantos outros atravessamentos que nos constituem, como classe social, idade, raça, religião, escolaridade, inserção rural ou urbana. Entrei no grupo em 1995, por ocasião do doutorado e em 2001 as professoras Guacira Louro e Dagmar Meyer criaram a Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, e me convidaram para integrar o grupo, quando passei então a coordenar o eixo temático Infâncias, Gênero e Sexualidade. Desde então passamos a discutir esses temas, quando o campo ainda não era tão consolidado, pois não havia muitas pesquisas que articulavam as temáticas de gênero, sexualidade e infâncias no campo da educação e as publicações eram escassas (Rosemberg, 1990, 1995, 2005; Landini, 2000, 2005, 2003, 2006).

Além disso, atuar como professora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRGS na área de Educação Infantil, principalmente nas disciplinas de estágio e na prática de pesquisa, possibilitaram um olhar atento em relação às demandas das creches e pré-escolas, as políticas públicas para esta faixa etária (0 a 6 anos), os problemas da formação docente, a relação desses espaços educativos com as famílias, além das dinâmicas envolvendo as crianças, suas interações, curiosidades, interesses, relacionamento com seus pares e com os adultos. Desse modo, era possível acompanhar os comentários das crianças sobre o que acontecia na TV, nas novelas, nos programas de entretenimento e o quanto essas pedagogias culturais em circulação afetavam o comportamento delas, em especial na compreensão de seus scripts de gênero.

Àquela época, mais precisamente na década de 90 e nos anos 2000, tínhamos programas na TV aberta que exploravam bastante a exposição dos corpos femininos jovens para aumentar suas audiências, a exemplo do quadro "Banheira do Gugu", exibido entre os anos de 1995 a 2000, dentro do Programa "Domingo Legal", do apresentador Gugu Liberato, ou ainda o "Programa H", apresentado por Luciano Huck, na TV Bandeirantes, entre 1996 a 1999. Exibido à tarde e voltado para o público jovem, o programa lançou figuras como a "Tiazinha", protagonizada pela atriz Suzana Alves (1998 a 1999) e em seguida, a "Feiticeira", protagonizada por Joana Prado. A primeira personagem aparecia no programa vestida somente de lingerie, portando um chicote e uma máscara, em evidente referência a práticas sadomasoquistas. Uma das suas performances consistia em escolher algum

adolescente da plateia para que ela pudesse fazer depilação em parte do corpo desse garoto, enquanto dançava sensualmente, empunhando o seu chicotinho. Já a feiticeira, inspirada na série americana “Jeannie é um gênio” (1965-1970), foi ao ar entre 1999 e 2000. Depois que o apresentador migrou para outra emissora, acionou desta vez a figura de uma jovem “salva-vidas” sedutora, inspirada na série americana “Baywatch” (traduzida por aqui como SOS Malibu). Em comum a todas essas personagens exibidas em programas da TV aberta no horário da tarde e início da noite estavam a sensualidade, a superexposição e hipersexualização de seus corpos jovens.

É importante lembrar que tais personagens fizeram tanto sucesso, que alavancaram a venda de inúmeros produtos, muitos deles voltados para meninas, a exemplo do tamanquinho da Tiazinha, que vinha com o brinde da máscara, além de muitos outros artefatos como sandálias, cosméticos, bonecas, capas de caderno, cds, dentre outros.

Também é interessante mencionar o fenômeno das apresentadoras de programas infantis e suas ajudantes de palco, com performances muito sensuais, que também foram um sucesso de vendas, tendo inúmeros produtos licenciados, tanto para o público infantil quanto para o público adulto. Ao mesmo tempo, nos deparávamos com peças publicitárias que utilizavam crianças em situações de exposição de seus corpos, colocando-as em poses sensuais e evocando frases de duplo sentido (Felipe, Guizzo, 2003). A pesquisadora Tatiana Landini (2000, p. 29) já chamava atenção para o fato de haver uma erotização do corpo infantil, amplamente veiculado pela mídia: ‘não é difícil encontrar propagandas e anúncios onde a criança é mostrada em pose sensual ou em um contexto de sedução’. Um exemplo emblemático disso foi o CD “Carnaval dos Baixinhos”, da apresentadora Xuxa, lançado em 1988, cuja capa estampava uma bebê do sexo feminino posicionada de costas, agachada, mas tentando se levantar, vestida apenas com uma calcinha estilo “fio dental”. Ao seu lado temos um bebê masculino, porém, ao contrário da menina, ele se encontra de pé, também posicionado de costas e totalmente pelado.

Pensando em todo esse cenário, em 1999 escrevi um capítulo intitulado “Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em educação”, que foi publicado no livro “Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo?” (Silva, 1999). No mesmo ano apresentei o primeiro trabalho na ANPEd, que discutia a erotização dos corpos

infantis, em especial das meninas, articulando gênero, sexualidade, infâncias e educação infantil.

Cabe lembrar que o ECA data de 1990 e a regulamentação de um estatuto voltado para a infância e adolescência me fez questionar a contradição existente em nossa sociedade, pois ao mesmo tempo em que se promulgavam leis para a proteção dessas faixas etárias, a proliferação de imagens com apelo erótico parecia não ter limites. Havia, portanto, um convite para olhar esses corpos e desejá-los. Foi então que nomeei esse movimento de exposição dos corpos infantis como corpos a serem desejados e apreciados de **pedofilização**, enfatizando-o como fenômeno cultural, diferentemente do conceito de pedofilia, designado na literatura médica como uma parafilia.

O conceito de pedofilização, inicialmente, desdobrava-se em dois aspectos: o primeiro deles mostrava a contradição existente em nossa sociedade, que ao mesmo tempo em que criava leis de proteção às infâncias, disponibilizava os corpos infantis, especialmente os femininos, como corpos em constante exibição. O segundo aspecto do referido conceito mostrava a utilização da infância como fetiche, quando mulheres adultas tentavam performar uma aparência similar às meninas, aproximando-se da ideia de ingenuidade como estratégia de sedução. Nos anos subsequentes, com o decorrer de pesquisas gestadas no eixo temático “Infâncias, gênero e sexualidade”, começamos a adensar o conceito, que mais tarde foi desdobrado em um terceiro aspecto, quando assumimos a ideia de que a pedofilização eram uma forma de violência, pois naturalizava a cultura do assédio e da violência sexual.

Posteriormente começaram a surgir vários outros trabalhos voltados para a articulação das temáticas de gênero, sexualidade e infâncias, muitos deles reconhecendo a importância do nosso eixo temático para o campo. Artigo publicado na revista *Periodicus* em 2020, intitulado “Infâncias, gênero e sexualidade: um panorama bibliográfico de pesquisas com crianças em contexto escolar”, de autoria de Ana Luísa Lins Brandão, Zuleica Pretto e Rogério Machado Rosa, faz referência a algumas pesquisas produzidas por ex-orientandas que passaram pelo nosso eixo temático, a saber: Sostisso (2010), Zandra Arguello (2008) e Bianca Guizzo (2007).

Entrevistadora: Em seus estudos, a erotização dos corpos infantis aparece como um processo que não é pontual, mas estruturado culturalmente. Como a senhora analisa os modos pelos quais essa erotização se constitui nas relações cotidianas com as crianças, muitas vezes de forma naturalizada ou pouco problematizada?

Jane Felipe: Na nossa cultura a erotização está presente em praticamente tudo, de modo que podemos perceber esse culto ao corpo, quase sempre atrelado a uma espécie de exaltação à sensualidade, de muitas formas, nos diferentes artefatos culturais – em peças publicitárias, na moda, nas músicas acompanhadas de coreografias super erotizadas e sempre com duplo sentido, nos programas de entretenimento da TV aberta e por assinatura, nos concursos de beleza, inclusive para as meninas, nos jogos on line ou até mesmo nos uniformes escolares (Beck; Felipe, 2014).

As roupas disponibilizadas para as meninas reproduziam, de certa forma, uma vestimenta em miniatura daquelas pensadas para as mulheres, não raras vezes incoerentes para bebês e meninas bem pequenas, por serem justas demais, inapropriadas, portanto, para essa faixa etária, que precisava de ampliação de seus movimentos. Essa naturalização parecia não passar por quaisquer questionamentos, especialmente nos anos 90 e 2000, ensinado assim às meninas que a valorização do feminino deveria passar pela exibição de seus corpos, como um projeto antecipado de mulheres adultas. As lutas feministas foram fundamentais para questionar tais comportamentos que pareciam tão corriqueiros e amplamente aceitos pelas famílias e pela sociedade em geral.

Muitos grupos de estudos começaram a surgir também nas universidades, pautando esse debate e produzindo pesquisas sobre o tema (Landini, 2006; Lowenkron, 2010) e outras iniciativas por parte da sociedade civil organizada têm lançado um olhar atento e produzido documentários, cartilhas e outras estratégias para colocar essas temáticas em discussão. A exemplo disso, tem-se o projeto “Crescer sem violência” (2018), criado pelo canal Futura, em parceria com a Childhood Brasil e a Unicef Brasil, que, a partir de três animações (“Que abuso é esse?”, “Que exploração é essa?” e “Que corpo é esse?”), compostas por múltiplos episódios, propõe-se um debate sobre direitos sexuais e autoproteção. Não poderia

deixar de mencionar também as contribuições da indústria cinematográfica, que produziu, nos últimos anos, interessantes questionamentos sobre a erotização dos corpos infantis, a exemplo do filme “Pequena Miss Sunshine” (2006) e do filme “Cuties” (traduzido no Brasil como “Lindinhas”, de 2020).

Mais recentemente, com o fenômeno das redes sociais, surge a preocupação com os efeitos desse excesso de exposição das crianças e adolescentes não só a conteúdos eróticos e pornográficos, já que muitas vezes, com o acesso indiscriminado às redes, elas podem se deparar com todo o tipo de conteúdo, inclusive os de cunho predatório, induzindo-as a participarem de desafios que põem em risco a saúde física e mental deste segmento da população. Não se trata aqui de sermos alarmistas, mas não podemos ignorar que este fenômeno tem crescido consideravelmente nos últimos anos, exigindo respostas rápidas e eficientes de proteção, a exemplo do lançamento recente do ECA digital.

Entrevistadora: A noção de adultização da infância tem sido amplamente utilizada, porém nem sempre com precisão conceitual. Como a senhora diferencia analiticamente a adultização da erotização, e em que medida esses processos se articulam ou se tensionam na compreensão das infâncias contemporâneas?

Jane Felipe: O processo de adultização pode ser compreendido de forma mais ampla, quando se atribui às crianças responsabilidades, comportamentos e habilidades mais afeitos à vida adulta. Tais comportamentos seriam uma espécie de antecipação dessa fase da vida, fazendo com que as crianças sejam lançadas antecipadamente a práticas e compromissos sociais que são próprios do mundo adulto (Guerreiro e Abrantes, 2005). Como por exemplo, podemos citar a pesquisa de Jéssica Tairâne de Moraes (2019; Moraes; Felipe, 2021), que mostrou o quanto os meninos, desde muito pequenos, são colocados por suas famílias como responsáveis pela casa, tendo que cuidar dos irmãos mais novos, ficando por vezes trancados dentro de casa. Também podemos pensar esse processo de adultização em relação ao mundo do trabalho, pois tem sido cada vez mais recorrente o desejo das crianças de se tornarem youtubers, na tentativa de fazer sucesso nas redes sociais, em busca de fama, de likes, de reconhecimento e dinheiro (Sidau, 2020; Lira et al, 2019). Muitas crianças, apoiadas por suas famílias, resolvem se lançar nessa

nova profissão, ávidas em obter sucesso, o que mostra a pertinência de desenvolvermos mais pesquisas sobre as culturas infantis e sua inserção no mundo digital e as conexões daí advindas com o consumo (Santos et al, 2024).

A ideia de adultização ganhou bastante popularidade ultimamente, quando o influenciador Felca resolveu denunciar inúmeras situações de risco nas redes, envolvendo crianças, adolescentes e aliciadores, em algumas situações com a total convivência dos pais. Através da produção de vídeos eróticos e de uma superexposição nas redes, que acabava atraindo inúmeros pedófilos, a erotização dos corpos infanto-juvenis virou sinônimo de adultização. No entanto, acho importante fazer aqui essa distinção, na medida em que o termo popularizado pelo influenciador deve ser compreendido como um fenômeno mais amplo, que obviamente pode englobar a erotização. Mas o conceito de pedofilização, que utilizamos desde 2002, trata especificamente de propor uma discussão sobre os investimentos que são feitos sobre os corpos das crianças e também dos jovens que ainda não chegaram à maioridade, reiteradamente colocados como corpos a serem desejados, admirados e consumidos.

Entrevistadora: Em determinados momentos de sua produção, a pedofilização é compreendida também como uma forma de violência, na medida em que pode operar como preparação ou naturalização de outras violências. Poderia aprofundar como esse processo se dá e quais são seus efeitos na constituição das experiências infantis?

Jane Felipe: Como mencionei no início, acho importante pontuar que a minha produção não se deu sozinha, mas foi uma construção que contou com diversas parcerias. A primeira delas, a partir do contato direto com as crianças, nas escolas de educação infantil, as professoras, as famílias e as estagiárias do curso de Pedagogia da UFRGS, que tive a oportunidade de orientar. Em segundo lugar, minha atuação no pós-graduação, orientando pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, possibilitou implementarmos investigações que discutiam a interação de meninos e meninas da Educação Infantil com brinquedos e brincadeiras, suas opiniões sobre publicidade, programas de TV, livros didáticos, paradidáticos e de literatura, jogos online, além de observarmos atentamente os espaços

escolares, as interações entre as crianças, as falas de professoras/es e das famílias sobre as expectativas em torno das masculinidades e feminilidades na infância. Foi possível perceber, a partir dessas pesquisas, a reiteração de uma visão naturalizada de tais expectativas de gênero direcionadas para as infâncias. No entanto, o tema da erotização dos corpos femininos, reverberando assim seus efeitos na infância, começou a me chamar atenção naquele contexto da década de 90.

Àquela época eu já havia feito algumas análises sobre os livros de sexualidade voltados para o público infantil (Felipe, 1997, 1998, 1999) e pouco tempo depois comecei a elaborar o conceito de pedofilização, através de pesquisas mais amplas, chamadas de pesquisas “guarda-chuvas”, que abrigavam outras pesquisas de meus orientandos e orientandas. Desse modo, seguimos pesquisando sobre Infância, Sexualidade e Gênero: discutindo a 'pedofilização' da sociedade e o consumo dos corpos infantis (2002 a 2004); 'Pedofilização' como prática social contemporânea: uma análise cultural a partir dos Estudos de Gênero (2005 a 2008); Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização da contemporaneidade (2009 a 2013).

No início eu estava mais preocupada em discutir a erotização dos corpos infantis das meninas, em função dos altos índices de violência sexual contra elas, embora tivesse a percepção de que esse processo de pedofilização também atingia os meninos, capturando-os e educando-os a ter um olhar cisheteronormativo, por conta de uma cultura machista incentivada pela própria família e corroborada por vários outros discursos e instituições. E como isto se dava na prática? Ao observarmos atentamente a dinâmica das interações nas escolas infantis, foi possível perceber o quanto os meninos se utilizavam de frases e comportamentos machistas, reproduzindo, assim, aquilo que presenciavam em seus ambientes de origem. Muitos deles tentavam beijar as meninas à força, abraçando-as ou sendo ríspidos com elas (Leguiça, 2019). A partir daí comecei a entender a pedofilização como uma violência e não apenas como um fenômeno cultural de exposição erótica dos corpos infantis. Esse processo abria caminhos para a perpetração de violências contra as meninas e mulheres, naturalizando o assédio. Tempos depois, o conceito de pedofilização foi utilizado também para problematizar a erotização dos corpos infantis masculinos, a partir da pesquisa desenvolvida por Cristiano Rosa (2024), em

sua tese de doutorado. Começamos a analisar de que forma seus corpos também eram colocados nesse lugar de erotização. Bello (2006), em sua pesquisa de mestrado sobre as masculinidades que começam a ser delineadas na infância, já chamava atenção para os comentários das professoras, sobre as expectativas do futuro desempenho sexual dos bebês masculinos.

Entrevistadora: Ao pensar nesses três processos (pedofilização, erotização e adultização) de forma articulada, que tipo de leitura eles nos permitem construir sobre as formas contemporâneas de viver a infância? Em que medida eles reconfiguram os próprios limites do que entendemos como infância?

Jane Felipe: É importante lembrar que existem modos distintos de compreender a infância e as expectativas em torno dela variam conforme o tempo histórico, a cultura, o contexto geopolítico e social. Trata-se de uma fase primordial para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional deste ser humano em pleno estágio de conhecimento de si e do mundo. Se por um lado, convivemos há muito tempo com a ideia de pensarmos a infância como um período crucial do desenvolvimento humano, caracterizado pela ingenuidade e desconhecimento da vida, por outro nos deparamos com uma dura realidade aos nos deparamos com as estatísticas sobre maus-tratos e demais formas de violência contra as crianças. No Brasil, os dados divulgados pelo Atlas da Violência dos últimos anos têm mostrado o quanto elas são vítimas de negligência, abandono, violência psicológica, física, abuso e exploração sexual, sofrendo um processo de adultização, tendo que assumir responsabilidades que não deveriam ser suas. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho infantil, mesmo aqueles considerados mais glamourosos como os exercidos por crianças youtubers (Beck, Guizzo, 2024).

Dados divulgados pelo IBGE sobre a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), mostraram a preocupante situação de adoecimento emocional dos adolescentes brasileiros. Um em cada três jovens (32%) referiu sentir vontade de se machucar intencionalmente e esse índice sobe para 43,4% entre as meninas. Tais dados nos fazem pensar que tipo de infância estamos proporcionando aos nossos filhos, aos nossos alunos. Essa tristeza certamente não se instalou apenas na juventude, mas provavelmente começou a ser alimentada na infância, na medida em

que elas não estão sendo ouvidas em suas necessidades, e as famílias parecem não prestar atenção nelas. Algumas, inclusive, parecem estar mais preocupados com a monetização que seus filhos podem render nas redes sociais, outro fenômeno que merece ser pesquisado dentro desse processo de adultização da infância, como pontuei anteriormente.

O acesso indiscriminado às redes sociais de crianças e adolescentes têm potencializado esse processo de pedofilização, onde seus corpos têm sido expostos, glamourizados e erotizados, muitas vezes explorados sexualmente com a conivência das famílias, nesse tempo de avidez e pressa. Tais transformações, mediadas pelo acesso indiscriminado às redes, acabam por tensionar as políticas públicas, acionando a necessidade de elaborar ou reformular leis que possam dar conta dessa nova realidade, como ocorreu recentemente com a divulgação do ECA digital. Diante desse contexto, de que forma a escola tem se preparado para cumprir o papel que lhe cabe, no sentido de informar e proteger?

Entrevistadora: Considerando que tais processos nem sempre são reconhecidos como problemáticos, quais são, em sua perspectiva, os principais desafios teóricos para nomeá-los, analisá-los e diferenciá-los sem recorrer a interpretações simplificadoras ou moralizantes?

Jane Felipe: Creio que o grande desafio teórico consiste em aprofundarmos e adensarmos determinados conceitos que desenvolvemos e com os quais temos trabalhado ao longo de quase três décadas, entendendo-os como pertinentes e relevantes para o campo da educação e das infâncias. Nosso primeiro desafio, portanto, consiste em entender que estamos diante de temas muito sensíveis, que lidam com os corpos infantis e todas as práticas deles decorrentes, inclusive as questões de violências, abuso sexual, abandono, negligência.

Em segundo lugar, ao desenvolvermos e divulgarmos determinados conceitos, precisamos ter o cuidado com as interpretações simplistas, precipitadas e pouco consistentes, daí a importância de trocarmos com nossos pares e com outros grupos de pesquisa, que desempenham um papel fundamental nessa empreitada de adensamento teórico-metodológico e divulgação dos resultados e amplificação das análises. Acho importante também chamar atenção para o fato de que ao operarmos

com determinados conceitos, é necessário verificar o histórico dos mesmos, como eles surgiram, quais as condições que permitiram tal desenvolvimento e como eles se conectam a outros conceitos e teorizações.

Por outro lado, quando criamos ou divulgamos um determinado conceito, é interessante observar que nem sempre há essa preocupação em entender de que forma ele foi concebido, especialmente quando nos deparamos com trabalhos que pretendem fazer, por exemplo, o estado da arte ou uma espécie de revisão crítica sobre infâncias, gênero e sexualidade. Muitas vezes os descritores utilizados não conseguem recuperar toda a produção existente sobre determinados temas e as conclusões dessas pesquisas e/ou artigos acabam sendo muito precipitadas e falhas, carecendo de uma análise mais rigorosa.

Além disso, podem ocorrer falhas na análise de alguns dos documentos recuperados, pois percebe-se que, em alguns casos, o pesquisador lança um olhar de maneira superficial sobre os resultados, não lendo, por exemplo, os resumos ou outras partes relevantes dos estudos. Logo, não raras vezes nos deparamos com artigos ou livros que discutem o tema e tiram conclusões precipitadas, afirmando que não existem trabalhos nessa área, desconhecendo e invisibilizando pesquisas anteriores e trabalhos atuais, recentemente publicados. Este então seria um ponto relevante a destacar: é preciso conhecer muito bem a produção do campo, no nosso caso, a articulação entre educação infantil e as temáticas que envolvem gênero, sexualidade e as pesquisas com as crianças.

Entrevistadora: Diante dessas problematizações, como a senhora compreende o papel da educação na construção de outras formas de relação com os corpos e com as experiências das crianças, que não reforcem processos de adultização, erotização e pedofilização?

Jane Felipe: Para que a educação cumpra o seu papel, é preciso investirmos na formação inicial e continuada de professores e professoras, proporcionando-lhes um amplo debate sobre esses temas e de que modo eles se articulam e constroem as subjetividades desde a infância. Para que essa formação se dê de maneira satisfatória, é preciso ter um currículo que contemple as temáticas de gênero, sexualidade em disciplinas obrigatórias, pois não raras vezes esses conteúdos são

ofertados em disciplinas eletivas ou então como uma das unidades de determinadas disciplinas, subsumidas no grande balaio da diversidade (Pereira; Bello, 2024).

Cabe lembrar que esses temas, considerados sensíveis, especialmente se direcionados às crianças pequenas, precisam ser discutidos e aprofundados, em articulação com outros atravessamentos como classe, relações étnico-raciais, geração, religião, dentre outros, considerando ainda que somente a educação escolar não poderá dar conta de tamanha complexidade. O que quero dizer é que esta tarefa é responsabilidade de toda a sociedade e não apenas da escola. Os diversos discursos e instituições que nos atravessam precisam enfrentar esses temas, conhecê-los, identificá-los e criar estratégias para combatê-los.

É preciso ainda que a escola desenvolva uma escuta e observação atentas para as demandas das crianças, suas curiosidades, medos, angústias, frustrações, assim como estabelecer um canal aberto de comunicação com as famílias, que por vezes, imbuídas de um certo grau de desconfiança e desconhecimento sobre essas temáticas, oferecem inúmeras resistências para que esse tipo de trabalho, voltado para a educação sexual na educação infantil ou séries iniciais, aconteça. Portanto, é importante demarcar que a escola faz parte de uma rede protetiva, que se articula com outras instâncias (cultura, assistência social, conselho tutelar, além da secretaria de educação, obviamente) e como tal, precisa desenvolver e conduzir discussões que envolvam o conhecimento e a proteção do corpo, de acordo com cada faixa etária, uma vez que informar é proteger.

REFERÊNCIAS

ARGUELLO, Zandra E. Representações de gênero nos discursos de crianças pré-escolares. **Revista Ártemis**, v. 8, n. 1, p.68-83, jun. 2008.

BECK, Dinah Q.; FELIPE, Jane. Gênero e uniformes escolares: a produção de corpos espetáculo na infância. **Textura**, v. 16, p. 169, 2014.

BELLO, Alexandre. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** Dissertação (Mestrado). 2006.

BRANDÃO, ALL, Pretto, Z., & Rosa, RM (2020). Infâncias, gênero e sexualidade: um panorama bibliográfico de pesquisas com crianças em contexto escolar. **Revista Periódicus**, 2 (13), 151–165. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i13.29221>

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 26, p. 201–223, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644740>.

FELIPE, Jane. Entre Tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação. In: SILVA, Luiz Heron (org.). **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, 1999.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. **Proposições**, v. 14, n. 3 (42) – set/dez. 2003.

GUERREIRO, M. das D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 157-175, 2005.

GUIZZO, Bianca S. Identidades de gênero masculinas na infância e as regulações produzidas na Educação Infantil. **Revista Ártemis**, v. 6, n. 1, p.38-48, jun. 2007.

GUIZZO, Bianca S. Entrevista com Jane Felipe: Pedofilização e scripts de gênero: as contribuições do eixo temático “Infâncias, gênero e sexualidades” para pensar as corporeidades infantis. **Perspectiva**, 42(4), 1–9. 2024. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e93931>

LANDINI, Tatiana S. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. **Cadernos de Saúde Pública**, 19, 273-282, 2003.

LANDINI, Tatiana S. **Pornografia infantil na internet: proliferação e visibilidade**. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP – São Paulo. 2000.

LANDINI, Tatiana S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. **Cadernos Pagu**, p. 225-252, 2006.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; DOMINICO, Eliane. Disfarça-me que te devoro: youtubers mirins, consumo e semiformação da criança. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** (RIAEE), 2019.

LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**. n.5 - 2010 - pp.9-29.

MONTEIRO, Maria Clara Sidou. A Construção social de gênero para crianças através do youtube. **Revista Sociais e Humanas**, v. 33, p. 9-24, 2020.

MORAES, Jéssica T. **Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo: violências de gênero a partir do olhar das crianças**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da UFRGS. 2019.

MORAES, Jéssica T.; FELIPE, Jane. Eu fico em casa trancado, sozinho: modos de sobrevivência tensionando o conceito de negligência familiar. **REVISTA PRÂKSIS**, v. 19, p. 95-112, 2021.

NOVAES, Marcos Oliveira de; ARGOLLO, Michel Silva; ASSIS, Nikole Rocha; ANDRADE, Matheus Armentano de. Educação infantil, gênero e sexualidade: uma revisão crítica da literatura. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, [S. l.], v. 13, n. 34, p. 366–379, 2026.

PEREIRA, Angelica; BELLO, Alexandre. No balaio da diversidade: (in)visibilidades do gênero e da sexualidade na formação docente. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca; ROSA, Cristiano (org.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: Cirkula, 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação Infantil, classe, raça e gênero**: notas preliminares, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995 (mimeo).

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, nº 16, 2001, p. 151-198.

SOSTISSO, Débora F. Interfaces entre infância, gênero e escola: dialogando com crianças. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 9, 2010: Florianópolis. Anais.

SOUZA, Joseilda S.; SANTOS, Caio F.; SANTOS, Iris A. Culturas infantis, cultura digital e consumo: perspectivas atuais. **Revista Prâksis**. Novo Hamburgo. a. 21 | n. 1 | jan./jun. 2024.